



CARTOGRAFIAS DAS PRODUÇÕES DISCURSIVAS NOS MOVIMENTOS DE GAYS E LÉSBICAS: (IM)POSSIBILIDADES DENTRO DO SISTEMA ANDRO-HETEROCÊNTRICO¹

Tânia Pinafi²
Wiliam Siqueira Peres³

O Movimento Homossexual se forma no Brasil no final da década de 1970. O primeiro grupo homossexual brasileiro organizado emergiu em 1978, ou seja, quase 10 anos depois da revolta no bar nova-iorquino *The Stonewall Inn*, em 28 de julho de 1969. A rebelião de Stonewall “[...] marked the symbolic founding of the modern gay liberation movement [...]” (GAY ARCHIVIST, 1989, s.p.).

Green (2000) aponta a ditadura brasileira como um dos fatores que desfavoreceu a emergência da militância política de gays e lésbicas no início dos anos 70. Ademais, neste período, no Brasil: “ao contrário de países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, onde as relações homossexuais tinham sido proibidas e ainda existiam restrições legais, o movimento brasileiro convivia com uma situação na qual não havia legislação explícita contra o homossexualismo [...]” (HOWES, 2003, p. 298-299).

Tal situação talvez tenha dificultado a mobilização política dos homossexuais, uma vez que o preconceito não se colocava explicitamente na esfera legal. Entretanto, apesar das dificuldades externas, a militância foi se fortalecendo e se encontra fortemente consolidada atualmente, mas não sem impasses internos.

A militância conjunta de gays e lésbicas no Brasil está marcada por uma série de confrontos vinculados a certos traços de misoginia e lesbofobia, onde:

[...] confrontos reais entre atores dos movimentos feminista e gay brasileiros – aí incluídas situações de antagonismo que, no limite, chegaram à violência física, à expulsão de lésbicas de grupos feministas e de grupos gays e a episódios de misoginia explícita, ainda que muitas vezes gerados nos marcos de esforços de desenvolvimento de ações conjuntas (OKITA, 1981; MÍCCOLIS, 1983) – parecem ter gerado ressentimentos a serem ainda superados. (GÓIS, 2003, p. 11)

Ao trabalharem conjuntamente com os gays, as lésbicas notaram que havia uma grande diferença entre ser uma *mulher* lésbica e ser um *homem gay* em uma sociedade androcêntrica,

¹ Este artigo faz parte da dissertação de mestrado em Psicologia da autora, que tem como orientador o Dr. Wiliam Siqueira Peres, e enquanto co-orientadora a Dra. Ana Maria Domingues de Oliveira. Esta pesquisa recebe apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCL de Assis-SP. E-mail: tania.pinafi@gmail.com

³ Professor Dr. do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCL de Assis-SP.



patriarcal e sexista. Isto porque a sociedade privilegia socialmente os homens ainda que sejam eles *gays* (WELZER-LANG, 2001). A historicidade das categorizações dos papéis ou expressões sexuais de masculino e feminino está remetida às imagens, discursos normativos, estereótipos socialmente construídos, além de suas relações de poder.

A normatização do sujeito mulher, e sua conseqüente opressão, define padrões de comportamento que têm a heterossexualidade, considerada como relação legítima e preconizada no discurso instituído, como uma das linhas de sustentação do androcentrismo. Tudo que se encontra fora da zona heterocêntrica é banido por ser considerado uma anormalidade (NAVARRO-SWAIN, 2002). Neste sentido, a lésbica, ao ir contra a hegemonia do sistema heterossexual, acaba por ser estigmatizada já que recusa o homem em sua relação mulher/mulher. Por isso sua figura é ilegítimada e estigmatizada nos discursos: “machonas, viragos, feiosas, mal amadas”⁴ – imagens depreciativas que a retratam como uma caricatura mal feita do homem ou como uma mulher que se encontra fora do paradigma da feminilidade.

De acordo com Parker e Aggleton (2001, p. 11) o estigma: “[...] desempenha um papel central na produção e na reprodução das relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores.”

Nesse sentido, a não conformidade da vivência lésbica com os padrões andro-heterocêntricos levam-na a ser duplamente discriminada, por ser mulher e por ser homossexual.

Ao versar sobre as relações sociais de sexo intergêneros, Welzer-Lang (2001, p. 468) diz que “[...] o duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica [...]”. A heterossexualidade instituída socialmente resulta na perseguição, marginalização e ridicularização das sexualidades que não servem ao dispositivo de reprodução biológica da espécie. O conceito de homofobia tem instrumentalizado modelos interpretativos de análise destas conseqüências maléficas atreladas às constrações sociais de gênero. Para Borrillo (2001, p. 16) a prática homofóbica trabalha como “[...] guardián de las fronteras sexuales (hetero/homo) y de las de género (masculino/femenino)”.

De acordo com Welzer-Lang (1994), do sexismo – ou seja, crença da superioridade de um gênero sobre outro – partem as expressões homofóbicas. É notória a diferença de tratamento nas represálias institucionais delegada a *gays* e lésbicas ao longo da história. A homossexualidade

⁴ NAVARRO-SWAIN, 2002.



feminina foi muito menos perseguida (ou melhor, quando foi⁵) e contou com punições mais brandas que a masculina. Sobre essa questão Borrillo comenta que:

Si las lesbianas fueron perseguidas menos visiblemente que los gays no hay que interpretarlo en absoluto como una mayor tolerancia a su respecto. Al contrario, la indiferencia no es otra cosa que el signo de una actitud mucho más despreciativa, reflejo de una misoginia que, al hacer de la sexualidad femenina un instrumento del deseo masculino, hace impensables las relaciones erótico-afectivas entre mujeres. (BORRILLO, 2001, p. 30)

A insignificância atribuída à homossexualidade feminina é expressiva do lugar secundário ocupado pelo gênero feminino na maioria das sociedades de cultura judaico-cristã que tomam como fonte e expressão de poder imagens atreladas ao gênero masculino. A relação hierárquica dos sexos e das sexualidades caminha de mãos dadas com a homofobia, tanto que, a título de exemplo, “lejos de preocuparse por la preservación de la diferencia de sexos, los países que han consagrado la igualdad de derechos para gays y lesbianas son también los que han garantizado, mucho antes que Francia, la igualdad de las mujeres.” (BORRILLO, p. 77).

Os sujeitos políticos do Movimento de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) se constituíram em uma sociedade imersa em preconceitos de gênero e sexuais que influem em maior ou menor medida em suas formações subjetivas – determinantes das posições de sujeitos que se auto-conceituam como militantes e/ou ativistas das causas emancipatórias do coletivo em questão. Desse modo, considera-se aqui que a subjetividade “[...] é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.” (GUATTARI; ROLNIK, 2003, p. 33, grifo do autor). As particularidades do contexto sócio-histórico e político nos processos de subjetivação remetem a diferentes construções da subjetividade; carregando consigo ambivalências, paradoxos e tensões, que ora normatizam, ora singularizam as ações.

Muito tem se discutido acerca das amarras discursivas que aprisionam os sujeitos a partir de noções ortodoxamente sedimentadas sob modelos dicotômicos em torno do sexo, da sexualidade e do gênero. Entretanto, pouca ênfase tem sido dada nas relações intergêneros travadas junto àqueles que vivem identidades sexuais e de gêneros dissidentes; como se o fato de estarem ligados por uma política de coalizão os tornasse isentos de qualquer tipo de preconceito. Assim, Junqueira (2007, p. 152), ao se referir as *normas de gênero* de Butler (1999) nos diz que “a homofobia age e produz efeitos sobre todos os indivíduos, homossexuais ou não, mulheres e homens [...]”. Isso se passa porque:

Las concepciones culturales de masculino y femenino en cuanto categorías complementarias y, al mismo tiempo, mutuamente excluyentes dentro de las que están colocados todos los seres humanos, constituyen un

⁵ Dizem que a Rainha Vitória, no século XIX, quando indagada sobre que punição deveria ser dada as mulheres que se relacionassem sexualmente entre si, teria dito que tal coisa não existia.



sistema de género dentro de cada cultura, un sistema de sentido o simbólico, que asocia el sexo a contenidos culturales según valores y jerarquías sociales. (LAURETIS, 2000, p. 38)

Tendo sido treinados, educados e moldados em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e sexista todos estamos sujeitos a assimilar valores a ela associados, pois “a representación social del género incide sobre su construcción subjetiva y que, viceversa, la representación subjetiva del género (o autorrepresentación) incide sobre su construcción social” (LAURETIS, 2000, p. 43) dificultando a não reprodução dos pré-conceitos recebidos.

Considera-se aqui que os sujeitos produzem discursos sobre regimes de visibilidade/invisibilidade – que mascara divergências e faz contenções internas na política de coalizão, isto é, na univocidade discursiva da militância LGBT, cerceando o que pode ser visibilizado – que são, em alguma medida, reveladores das linhas de saberes e poderes que atravessam as subjetividades. De acordo com Foucault:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 1988, p. 30).

Parte-se de uma postura de recusa aos modelos fechados e universais, de verdades absolutas, para explorar as gradações em torno do que é pensado e dito sobre o que é visto. Segundo Selem (2007, p. 128) “a invisibilização das lésbicas no processo político do movimento homossexual integra as dinâmicas de apropriação masculina dos espaços de visibilidade e representação.”. O hiato acerca das práticas discursivas desenvolvidas na convivência entre lésbicas e *gays* têm invisibilizado as assimetrias de poder calcadas no machismo, na misoginia e na lesbofobia⁶. Foucault (2000) define as práticas discursivas como: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2000, p. 136).

Os discursos estão marcados pelas linhas de poder, que atravessam as subjetividades, construídas dentro de uma norma andro-heterocentrada e homofóbica. Assim, analisar os traços de machismo e misoginia, apresentados nos discursos, viabiliza trazer novos olhares sobre as relações de poder que têm invisibilizado a lesbianidade. E compreende-se, aqui, o poder a partir da concepção foucaultiana, ou seja, “[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma

⁶ TOLEDO (2008, p. 26-27) define lesbofobia como: [...] uma das formas de homofobia direcionada às mulheres lésbicas, ou com relações/práticas homoeróticas ou, ainda, àquelas presumidas serem/terem – que especifica medos, descréditos, aversões, ódios, discriminações e violências direcionadas a elas e as expõem aos diversos níveis de vulnerabilidades no campo individual, social e institucional.



certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Uma análise acerca da multiplicidade de linhas de poder que atravessam a relação entre os/as militantes *gays* e lésbicas implica uma problematização das identidades de gênero dentro da sociedade heteronormativa. Ao tecer considerações sobre o sujeito (ser) militante (*gays* e lésbicas, neste caso) e seus processos de subjetivação, segue-se, aqui, a indicação de Butler (2003) quando salienta que uma discussão acerca da identidade do sujeito não tem que preceder a identidade de gênero. Para esta autora (BUTLER, 2003, p. 37): “seria errado supor que a discussão sobre a ‘identidade’ deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.”

As identidades de gênero se produzem nas e pelas relações de poder; e a depender do sexo, se homem ou mulher (macho ou fêmea), formas distintas de perseguição e controle incidem sobre sua sexualidade. Por isso, abordar a questão da identidade de gênero implica necessariamente que nos reportemos à heteronormatividade, sob pena de perder em profundidade os fenômenos que se fundem nos processos de subjetivação. Butler ainda diz que:

[...] a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 2003, p. 38)

A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional. (BUTLER, 2003, p. 45)

Enquanto a atuação política de *gays* e lésbicas não tiver entre suas principais pautas de discussão as relações intergêneros próprias a seus coletivos, ou seja, dentro dos grupos de militância, e continuar a tratá-la como questão secundária – que deve ser subjugada ante a premência de conquistas políticas no cenário externo – muito pouco se alterará na dinâmica interna destes grupos com relação às questões de gênero. Não é porque têm uma luta em comum que *gays* e lésbicas deixarão de ter seus preconceitos de gênero. Talvez seja chegado o momento de pararem para refletir sobre as assimetrias de poder em seus coletivos (pois não há grupo que funcione em total democracia a todo o momento, seja ele feminista, sindical, ecológico etc.) ao invés de dar ênfase à denúncia do discurso hegemônico sobre “o homossexual”.

Esta crença no igualitarismo mantida sob os auspícios da união, solidariedade e fraternidade da militância entre *gays* e lésbicas tem resultado em diversos conflitos internos. Por esta visão,



diferenças de classe, sexo, gênero e raça/etnia seriam subjugadas perante a luta comum contra a opressão característica da sociedade heteronormativa, o que os tem levado a desconsiderar as assimetrias de poder. Em outra esfera, Judith Butler ao refletir sobre os debates feministas contemporâneos considera que:

Insistir *a priori* no objetivo de ‘unidade’ da coalizão supõe que *a solidariedade*, qualquer que seja seu preço, é um pré-requisito da ação política. Mas que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade? Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas. Talvez o entendimento dialógico também encerre em parte a aceitação de divergências, rupturas, dissensões e fragmentações, como parcela do processo freqüentemente tortuoso de democratização. [...] *Em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas. De outro modo, o modelo dialógico corre o risco de degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam posições de poder iguais de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui ‘acordo’ e ‘unidade’, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos.* (BUTLER, 2003, p. 35-36, grifos nossos)

Por isso, ao tecer considerações acerca das relações travadas entre gays e lésbicas parece indicado abordar as relações entre os sexos como fio condutor das investigações, para assim, evitar o perigo de cair em um mero anedotário da opressão pura e simples. Assim, previamente às reflexões acerca dos discursos gays e lésbicos em busca de emancipação social, política e cultural é importante que se analisem as redes discursivas produzidas entre estes atores sociais como via de análise das lutas emancipatórias de enfrentamento à heteronormatividade, sem cair numa compreensão equivocada que extirpa da análise as assimetrias de gênero.

Referências bibliográficas

BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Edicions Bellaterra. 2001.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GAY ARCHIVIST. *Canadians have been organizing for twenty-five years!* Gay Archivist, n. 7, jun., 1989. Disponível em: <<http://www.clga.ca/Material/Records/docs/silver.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

GÓIS, J. B. H. *Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil*. *Gênero*, Niterói, RJ, v. 4, n. 1, p. 7-16, 2. sem., 2003.



- GREEN, J. N. Desire and militancy: lesbians, gays, and the brazilian Worker's Party. In: DRUCKER, P. (Org.). *Different rainbows: same-sex sexuality and popular struggle in the third world*. London: Gay Men's Press, 2000. p. 57-70.
- GUATTARI, F.; ROLNIK S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4 ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1996.
- HOWES, R. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n.18/19, p. 287-314, 1./2. sem., 2003.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas: estudos gays*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal: EDUFRN, v.1, n. 1, jul./dez. 2007. p. 145-166.
- LAURETIS, T. *Diferencias*. Etapas de un camino a través del feminismo. Madrid: horas y HORAS, 2000.
- NAVARRO-SWAIN, T. *Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?*. Labrys, estudos feministas. Brasília, n. 1-2, jul./dez., 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2007.
- PARKER, R.; AGGLETON, P. *Estigma, discriminação e AIDS*. Tradução Cláudia Pinheiro. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001. (Coleção ABIA – Cidadania e Direitos, n. 1).
- SELEM, M. C. O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. (Dissertação de Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 192p.
- TOLEDO, L. G. *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. 234f.
- WELZER-LANG, D; DUTEY, P.; DORAIS, M. *La peur de L'autre en soi, du sexisme à l'homophobie*. Montreal: V. L. B. Editeur, 1994.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2. sem., 2001.